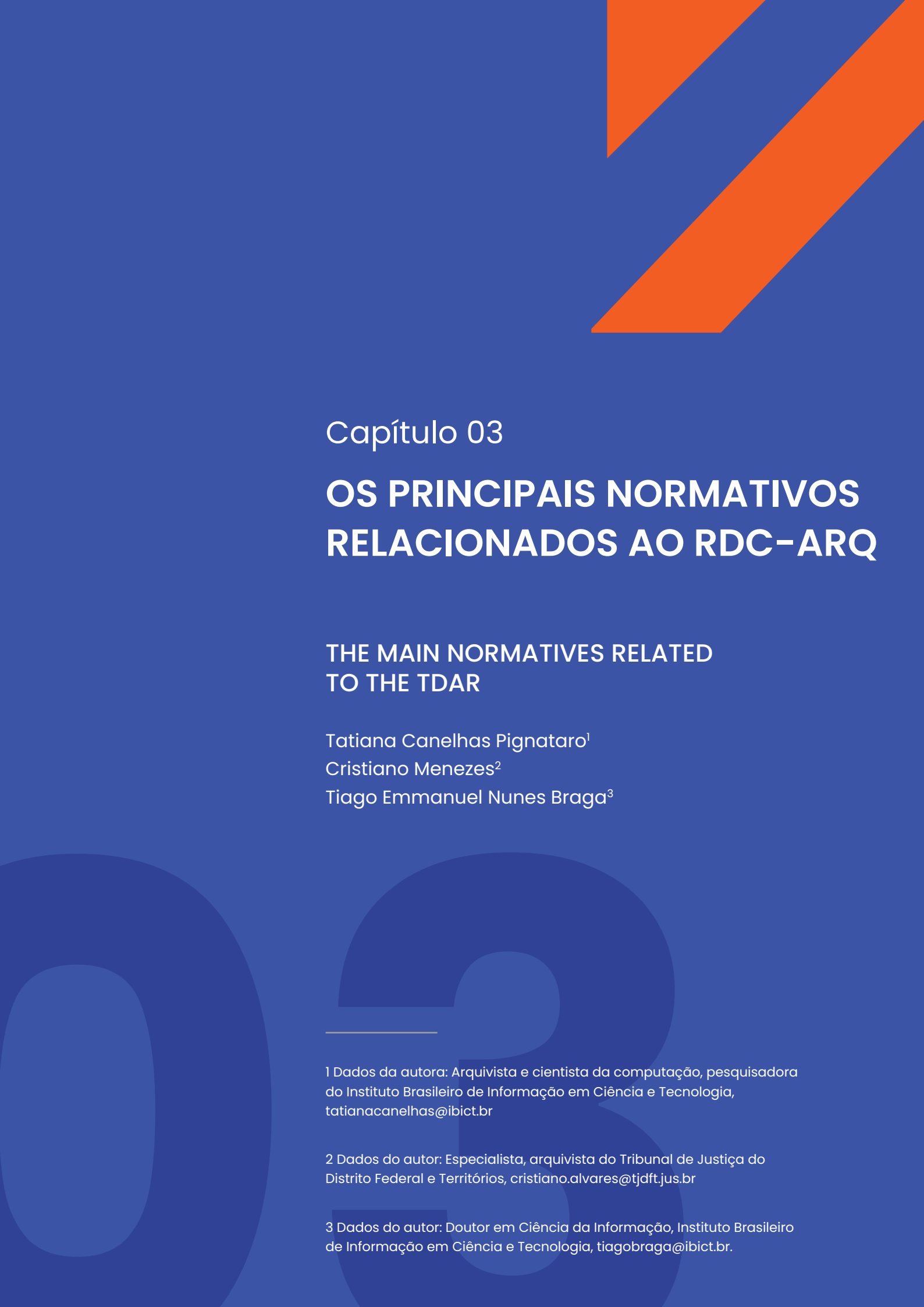




Capítulo 03

OS PRINCIPAIS NORMATIVOS RELACIONADOS AO RDC-ARQ

THE MAIN NORMATIVES RELATED TO THE TDAR

Tatiana Canelhas Pignataro¹

Cristiano Menezes²

Tiago Emmanuel Nunes Braga³

¹ Dados da autora: Arquivista e cientista da computação, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, tatianacanelhas@ibict.br

² Dados do autor: Especialista, arquivista do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, cristiano.alvares@tjdft.jus.br

³ Dados do autor: Doutor em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, tiagobraga@ibict.br

RESUMO

Resumo: Este estudo exploratório e descritivo faz um levantamento dos principais normativos relacionados aos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, em especial no âmbito das instituições jurídicas. Ele identifica cinco tipos de normativos, entre os principais a serem considerados: normas ISO, normas arquivísticas, normas legais, modelos, relatórios e sistemas. Observou-se que diversas normas legais foram publicadas nos últimos anos, o que impactou as instituições que planejam implementar repositórios digitais confiáveis. Como conclusão, observou-se que entre os normativos analisados há indicação da necessidade de atuação conjunta entre os departamentos de gestão documental e tecnologia da informação. Por fim, restou evidenciado que o levantamento realizado não é exaustivo, mas que serve como um orientador para instituições que estejam se movimentando para atender à legislação vigente.

Palavras-Chave: RDC-Arq. Normas de preservação digital. Gestão documental

Abstract: This exploratory and descriptive study surveys the main normatives related to the Trusted Digital Archival Repositories, in particular in the ambit of juridical institutions. It identifies five types of normatives between the mains to be considered: ISO standards, archival standards, legal standards, role models, reports and systems. It was observed that many legal standards were published in the last few years, which impacted the institutions that plan to implement trusted digital repositories. In conclusion it was observed that between the analyzed normatives there is an indication to the need for joint action between the documental management and technology of information. Lastly, it was evidenced that the survey made is not exhaustive, but that serves like an advisor to the institutions that are moving to comply with the legislation in force.

Keywords: TDAR. Digital Preservation Standards. Documental Management.

♦ 1 INTRODUÇÃO

O tema preservação digital há muito é objeto de estudo em diversas áreas que se preocupam com a manutenção da memória humana produzida e armazenada nos meios digitais. Especialmente no Poder Judiciário, essa preocupação tem tomado cada vez mais espaço nas discussões estratégicas, principalmente a partir de meados dos anos 2010, quando a produção de documentos jurídicos nato-digitais e a digitalização daqueles mantidos até então em formato físico se intensificou. Esse processo de intensificação nas discussões sobre o tema se justifica pela adoção de sistemas produtores de documentos nato-digitais e pela necessidade de garantir a integridade, a autenticidade e o acesso a longo prazo a documentos e processos judiciais mantidos em meio digital.

Uma das iniciativas pioneiras foi conduzida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), em 2018, ao estabelecer a *Política de Gestão Documental de Processos e Documentos em Meio Digital* daquela instituição, por meio da Resolução TJDFT 2/2018. Nessa norma, nota-se, além da preocupação com os aspectos de produção, tramitação e migração de suporte, a demanda pela adoção do modelo de repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) (TJDFT, 2018). O movimento do TJDFT em direção à adoção do RDC-Arq está alinhado com os diversos normativos do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Esta tendência pela adoção do RDC-Arq tem sido fortemente defendida tanto nacional quanto internacionalmente.

O conceito da CCDA, segundo Flores *et al.* (2016), pressupõe uma linha ininterrupta desde a criação do documento até sua destinação final, com garantia de acesso permanente, autêntico e confiável. Em outras palavras, caberia ao ambiente de disseminação que compõe o RDC-ARQ garantir à sociedade futura o acesso integral aos objetos digitais que estão sob a guarda da sociedade atual, o que só é possível mediante a certificação de que estes objetos não foram modificados após o seu envio para preservação digital.

Outro aspecto do normativo do TJDFT é a previsão de que a adoção da solução de RDC-Arq deverá ser desenvolvida com base em *software* livre, gratuito e de código aberto, além de estar em conformidade com normas e modelos de preservação consolidados e referenciados em normas e orientações do CONARQ (TJDFT, 2018). Tal medida vem ao encontro da necessidade de ser possível validar e verificar todo o processo de preservação, garantindo a rastreabilidade documental a fim de promover maior segurança ao verificar sua autenticidade. Um outro aspecto colocado pela resolução do TJDFT é a previsão de integração da solução do RDC-Arq com os sistemas produtores de documentos arquivísticos (TJDFT, 2018). Estes deverão estar capacitados a proceder com o tratamento arquivístico dos documentos, sem que haja interrupção da CCDA. Preferencialmente, entende-se que esse processo deva ser automatizado, diminuindo a possibilidade de falhas humanas e habilitando o rastreamento de todas as ações executadas durante a implementação do RDC-Arq.

A norma implementada pelo TJDFT é destacada neste artigo, pois, das ações decorrentes da política estabelecida, teve origem o primeiro projeto de implantação integrada do RDC-Arq que se tem notícia no Poder Judiciário brasileiro, em uma parceria entre o TJDFT e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) (TJDFT, 2021).

Outra norma pioneira que merece destaque no âmbito do Poder Judiciário é a *Resolução N.º 11/2019*, publicada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, de forma complementar à norma do TJDFT, abordou aspectos técnicos referentes aos metadados descritivos, além da previsão da elaboração de um Plano de Preservação de Documentos Digitais (STJ, 2019).

O surgimento de legislações e normas que abordam o tema da preservação digital arquivística (e, em especial, os RDC-Arq) colocam em evidência o problema de pesquisa que se pretende responder neste estudo: qual o normativo a ser considerado em projetos que busquem implementar o RDC-Arq? A abordagem metodológica adotada para responder a este problema foi exploratória e descritiva. Os autores fizeram um mapeamento das legislações e normas que abordavam ou tinham relação com a temática do RDC-Arq e mapearam seus principais aspectos e tipos a fim de oferecer uma coletânea abrangente capaz de suportar as ações e projetos que envolvam a construção e implementação de RDC-Arq. O ponto de partida do estudo foi o projeto de pesquisa *Estudo para Implantação de Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios*, uma parceria do TJDF e do Ibict para promoção e aprofundamento da temática e que resultou na estruturação do modelo Hipátia de preservação digital.

♦ 2 SISTEMATIZAÇÃO DAS NORMAS E LEGISLAÇÕES APLICADAS AO TEMA

Após a identificação dos normativos afetos ao tema de preservação digital arquivística e RDC-Arq, foi realizada uma sistematização de todos os documentos analisados neste estudo. O **Quadro 1** a seguir, apresenta a listagem de documentos, uma descrição sucinta e o *link* para *download*, quando aplicável, do tipo de documento e o ano de sua publicação.

Quadro 1 – Legislações aplicáveis ao contexto do RDCArq

Título	Descrição	Tipo	Ano
PRONOM	É um sistema de informações <i>on-line</i> sobre formatos de arquivos de dados e seus produtos de <i>software</i> de suporte. Originalmente desenvolvido para apoiar a adesão e preservação a longo prazo dos registros eletrônicos mantidos pelo Arquivo Nacional, o PRONOM agora está sendo disponibilizado como um recurso para qualquer pessoa que necessite de acesso a esse tipo de informação. (https://www.nationalarchives.gov.uk/PRONOM/Default.aspx#)	Sistema	Primeira versão em 2002, desenvolvimento contínuo desde então.
Relatório Trusted Digital Repositories: Attributes and Responsibilities (An RLG-OCLC Report)	Relatório que descreve os atributos e responsabilidades inerentes a um repositório digital confiável. (https://www.oclc.org/content/dam/research/activities/trustedrep/repositories.pdf)	Relatório	2002

Resolução CONARQ N° 24	Estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas. (https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-24-de-3-de-agosto-de-2006)	Norma legal	2006
Resolução CONARQ N° 37	Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais (https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-37-de-19-de-dezembro-de-2012)	Norma legal	2012
Resolução CONARQ N° 39	Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. [Redação dada pela Resolução nº 43 de 04 de setembro de 2015] (https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-39-de-29-de-abril-de-2014)	Norma legal	2014
Resolução CONARQ N° 43	Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. (https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015)	Norma legal	2015
Portaria CONARQ N° 272	Dispõe sobre a aprovação de Planos de Destinação de Documentos pelo Arquivo Nacional. (https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-272-de-9-de-novembro-de-2020)	Norma legal	2020

Resolução CNJ N° 324	Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname. (artigos 34 e 40) (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3376)	Norma legal	2020
Portaria CNJ N° 295	Institui o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário e o Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário. (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3646)	Norma legal	2020
Resolução STJ/GP N.º 11	Institui a Política de Preservação Digital do Superior Tribunal de Justiça. (https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/131788/Res_11_2019_PRE.pdf)	Norma legal	2019
Resolução TJDF N.º 02	Estabelece a Política de Gestão Documental de Processos e Documentos em Meio Digital do TJDF (https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/resolucoes-do-pleno/2018/resolucao-2-de-27-03-2018)	Norma legal	2018
ISO 14721: 2012	ISO 14721: 2012 Space data and information transfer systems – Open archival information system (OAIS) – Reference model Sistemas espaciais de dados e informações – Modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento de informação (SAAI) Publicado no Brasil pela ABNT NBR 15472:2021 (https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/26223/abnt-nbr15472-sistemas-espaciais-de-dados-e-informacoes-modelo-de-referencia-para-um-sistema-aberto-de-arquivamento-de-informacao-saai)	Norma ISO	2012

ISO 16363:2012	ISO 16363:2012 Space data and information transfer systems – Audit and certification of trustworthy digital repositories Define e recomenda práticas para avaliar os repositórios digitais confiáveis. Pode ser utilizado como uma base para certificação. (https://www.iso.org/standard/56510.html)	Norma ISO	2012
ISO 16919: 2014	ISO 16919: 2014 Space data and information transfer systems – Requirements for bodies providing audit and certification of candidate trustworthy digital repositories Fornece as adições específicas requeridas para certificação e auditoria de sistemas candidatos a se tornarem repositórios digitais confiáveis. (https://www.iso.org/standard/57950.html)	Norma ISO	2014
ISAD (G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação. (https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf)	Norma arquivística	2000
NOBRADE	Norma brasileira de descrição arquivística. Consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional. (http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf)	Norma arquivística	2006

OAI-PMH	O Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting é um protocolo desenvolvido pela Open Archives Initiative que define um mecanismo para coleta de registros de metadados em repositórios. (https://www.openarchives.org/pmh/)	Modelo	2002
METS	Metadata Encoding & Transmission Standard é um XML Schema elaborado sob o patrocínio da Digital Library Federation e mantido pela Biblioteca do Congresso Norte Americano. Ele permite a criação de uma rica estrutura capaz de registrar não apenas os múltiplos tipos de metadados usados para descrever o acervo de uma biblioteca digital, como também os próprios objetos digitais, seja para gerenciá-los, seja para permitir o intercâmbio entre diferentes instituições. (http://www.loc.gov/standards/mets/)	Modelo	2018
EAD	Encoded Archival Description é um padrão para a codificação de instrumentos de descrição documental arquivísticos utilizando a linguagem XML mantida pela Biblioteca do Congresso e pela Society of American Archivists. (https://www.loc.gov/ead/)	Modelo	2019
ePING	Os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico definem um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral. (http://eping.governoeletronico.gov.br/)	Modelo	2018

PREMIS	O Dicionário de Dados PREMIS para Metadados de Preservação é o padrão internacional de metadados para apoiar a preservação de objetos digitais e garantir sua usabilidade em longo prazo. A implementação do padrão consiste no Dicionário de Dados, um esquema XML e documentação de apoio. (https://www.loc.gov/standards/premis/v3/)	Modelo	2015
MoReq-Jus	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/78) Download em (https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/01/manualmoreq.pdf)	Modelo	2009
Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário	Tem o objetivo de especificar as diretrizes, os princípios e as normas de Gestão Documental. Constitui material de consulta e de orientação para o planejamento, implementação e execução do tema nos diversos órgãos do Poder Judiciário. (https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/04/Manual_de_Gestao_Documental_v16-04-2021.pdf)	Modelo	2021
Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário	Tem o objetivo de especificar as diretrizes, os princípios e as normas de Gestão de Memória. Constitui material de consulta e de orientação para o planejamento, a implementação e a execução relacionados a ela nos órgãos do Poder Judiciário. (https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Manual_de_Gestao_de_Memoria.pdf)	Modelo	2021

O **Quadro 1** apresenta os diversos documentos que devem ser considerados ao se propor um projeto de implementação de um RDC-Arq, em especial quando se trata de instituições do campo jurídico. Os documentos analisados foram divididos nos seguintes tipos: norma ISO, norma arquivística, norma legal, modelo, relatório e sistema. Enquanto as normas ISO, normas arquivísticas e modelos já vêm sendo trabalhadas há muito e se mantêm atualizadas, observa-se que nos últimos anos houve um grande movimento de definições de normas legais acerca do tema.

Desde 2018, foram lançadas cinco normas legais que fomentaram a discussão sobre os RDC-Arq no âmbito do judiciário. Os documentos foram publicados por instituições que direcionam (ou, pelo menos, influenciam) o sistema jurisdicional brasileiro. Iniciando com a publicação do TJDF, em

2018, e do STJ, em 2019, bem como duas do Conselho Nacional de Arquivos (CNJ), no ano de 2020. A criação de tais normativos indicam que estas instituições perceberam a importância da preservação digital e a fragilidade das infraestruturas atuais quando se analisam as características propostas nos modelos mais atuais.

Outro dado importante obtido pela análise do quadro anterior diz respeito à quantidade de modelos existentes, principalmente em nível internacional, o que indica a preocupação em se estabelecer parâmetros que garantam a interoperabilidade da preservação digital. Destaca-se também a atuação do judiciário em estabelecer seus próprios modelos de gestão documental e de memória, o que direciona as ações deste tipo de instituição.

Por fim, observa-se que há um movimento contínuo de atualização e manutenção dos documentos levantados, o que indica que a comunidade preocupada com a preservação digital arquivística se mantém ativa e colaborativa.

♦ 3 O IMPACTO DOS NORMATIVOS NAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS

Este movimento observado tanto em nível nacional quanto internacional de estabelecimento de normativas que tratam da temática da preservação digital arquivística fomentou uma reação das instituições, principalmente públicas, que começaram a buscar alternativas para implementar os requisitos estabelecidos. Dentre este normativo, sem dúvida, duas publicações provocaram uma maior reação da comunidade: a resolução CONARQ Nº 43/2015 e a resolução CNJ Nº 324/2020.

A resolução CONARQ Nº 43/2015 estabeleceu o conceito de repositórios digitais e repositórios arquivísticos digitais, bem como os requisitos para que estes possam ser considerados confiáveis (CONARQ, 2015). Além disso, esta resolução estabelece os requisitos conceituais para que uma solução seja considerada um RDC-Arq. O documento diz que “os requisitos estão organizados em três conjuntos: infraestrutura organizacional; gerenciamento do documento digital; e tecnologia, infraestrutura técnica e segurança” (CONARQ, 2015, p. 18). A iniciativa do CONARQ obteve um avanço ao estabelecer suas diretrizes baseadas em normas nacionais e internacionais (FLORES; PRADEBON; CÉ, 2020) e, com isso, definir de forma clara a diferença entre os tipos de repositórios. O grande desafio estrutural apresentado pela resolução Nº 43 do CONARQ é a necessidade de atuação conjunta das equipes de gestão documental e de tecnologia da informação, sem a qual não é possível uma implementação bem-sucedida do RDC-Arq.

No que diz respeito à resolução Nº 324/2020 do CNJ, há a indicação de que as instituições do poder judiciário deveriam se movimentar no sentido de suportar o *Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário* - PRONAME (CNJ, 2020). Além disso, esta resolução faz a importante definição de que a preservação digital no âmbito do poder judiciário deverá ser implementada em ambiente RDC-Arq. Por fim, a resolução ainda estabelece prazos para as instituições do poder judiciário se adaptarem à demanda, o que funciona como um motivador para que estas instituições iniciem de forma acelerada a busca por alternativas que as permitam atender aos requisitos postos.

Assim como estas duas resoluções, outras normativas também trouxeram à tona a necessidade de adaptações na estrutura institucional das organizações, em especial do poder judiciário, e promoveram um movimento de valorização do processo de preservação digital.

♦ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte atribuído a esta pesquisa exploratória e descritiva se deve ao projeto de pesquisa construído na parceria entre o TJDFT e o Ibict, mas entende-se que o levantamento poderá ser uma fonte rica de consulta para qualquer projeto de preservação digital. As principais referências legais e de padrões foram levantadas e sistematizadas de forma a orientar a realização de projetos de implementação de RDC-Arq.

Uma das observações importantes advindas da análise documental realizada diz respeito à percepção de que as normas apresentadas demandam, em geral, a integração das áreas de Gestão Documental e Tecnologia da Informação das instituições. Apenas com esforços conjuntos dessas duas áreas é possível viabilizar a implantação da tecnologia de repositório arquivístico digital confiável.

Por fim, ressalta-se que o levantamento, embora não seja exaustivo, traz as principais referências no contexto da preservação digital arquivística, em especial no que diz respeito à implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis no âmbito das instituições do sistema judiciário.

◆ REFERÊNCIAS

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). **Resolução STJ/GP n. 11 de 25 de junho de 2019. 2019.** Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/131788/Res_11_2019_PRE.pdf. Acesso em: 2 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução no 43, de 04 de setembro de 2015:** diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015>. Acesso em: 4 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução no 324 de 30 de junho de 2020.** 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3376>. Acesso em: 4 ago. 2021.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT). **RDC-Arq.** Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2021.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT). **Resolução 2 de 27 de março de 2018. 2018.** Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/resolucoes-do-pleno/2018/resolucao-2-de-27-03-2018>. Acesso em: 14 jul. 2021

FLORES, D.; PRADEBON, D. S.; CÉ, G. Análise do conhecimento teórico-metodológico da preservação digital sob a ótica da OAIS, SAAI, ISO 14721 e NBR 15472. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 11, n. 4, p. 73, 25 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n4.11.p73>. Acesso em: 8 ago. 2021.

FLORES, D.; ROCCO, B.; SANTOS, H. Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 117–132, 2016.

COMO CITAR:

PIGNATARO, Tatiana Canelhas; MENEZES, Cristiano; BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes. Os principais normativos relacionados ao RDCArq. *In*: BRAGA, Tiago Emmanuel Nunes; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. (org.). **Hipátia: modelo de preservação para repositórios arquivísticos digitais confiáveis**. Brasília: Ibict, 2022. p. 42–53. (Informação, Tecnologia e Inovação, v. 1). DOI 10.22477/9786589167501.cap3.